



**CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

Centro de Estudos Agrária e Trabalho - CEAT

**Linha de pesquisa:
Geografia Rural e Agrária**

ESTEVÃO DOS SANTOS FERREIRA

**ASSENTAMENTO SENHOR DO BONFIM, EM BUSCA DA TERRA PROMETIDA,
MUNICÍPIO DE ALAGOINHA- PB**

**GUARABIRA-PB
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F383a Ferreira, Estevão dos Santos
Assentamento Senhor do Bonfim em busca da terra prometida
Município de Alagoinha/PB [manuscrito] : / Estevao dos Santos
Ferreira. - 2014.
35 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014.
"Orientação: Edvaldo Carlos de Lima, Departamento de
Geografia".

1. Questão Agrária. 2. Disputa pela Terra. 3. Assentamento.
I. Título.

21. ed. CDD 333.31

ESTEVÃO DOS SANTOS FERREIRA

**ASSENTAMENTO SENHOR DO BONFIM, EM BUSCA DA TERRA PROMETIDA,
MUNICÍPIO DE ALAGOINHA- PB**

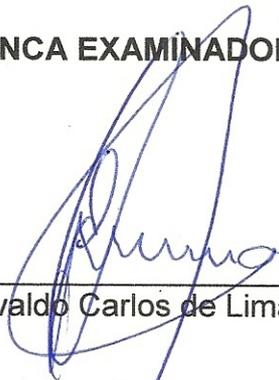
Artigo apresentado à Universidade Estadual da Paraíba Campus III- Guarabira (PB), para obtenção do título de Licenciatura Plena em Geografia, sob orientação do Prof. Dr. Evaldo Carlos de Lima.

**GUARABIRA –PB
2014**

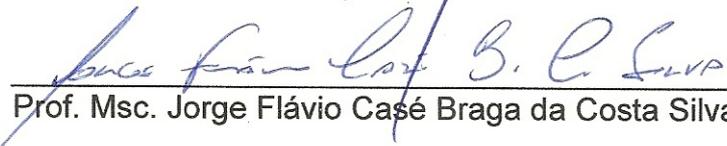
ESTEVÃO DOS SANTOS FERREIRA

**ASSENTAMENTO SENHOR DO BONFIM, EM BUSCA DA TERRA PROMETIDA,
MUNICÍPIO DE ALAGOINHA- PB**

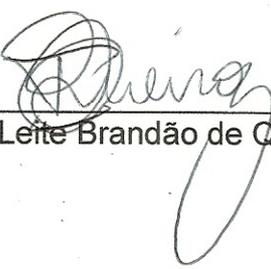
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima CH/UEPB



Prof. Msc. Jorge Flávio Casé Braga da Costa Silva UFPB



Prof. Msc. Thiago Leite Brandão de Queiroz CH/UEPB

Aprovado em 03/12/14

**GUARABIRA/PB
2014**

A minha família e amigos...

Dedico!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família por me apoiar incondicionalmente e por estar presente nos momentos mais difíceis da minha vida. Agradeço aos meus amigos de fora da universidade: Janaina de Cuitegí, Edilson, Manoel, Nazinha, Denílson, Tuca, Regi, Alexandre o Doido, Técio, Beto, Amanda, aos vereadores Alexandre Almeida e Doca, a Dapaz, Laís, Hugo. Agradeço ao diácono Severino, Grupo Rabi, CEBs, Terço dos Homens e PJMP.

Agradeço aos Professores da UEPB em especial ao meu Orientador, pelos conhecimentos adquiridos. Agradeço à turma 2010.2 em especial a Line, Gilvânia, Rafael Marx, Natan, Jaison, e Fátima. Aos meus amigos Geógrafos Simone, Ramon, Clemilson, Diego, Willian Santos, Wellington, Vanderlei e Erivan. Agradeço ao CEAT Juliene, Renata Lima, Laís de Curral de Cima, Jordânia, com quem aprendi muito nesse grupo. Com os grandes Clássicos da Geografia Agrária e do trabalho me ensinaram a ser alguém com senso crítico apurado.

Aos vigilantes da UEPB seu Antônio, Roberto, Fagner, Wellington. Aos funcionários do Laboratório de Informática, aos nossos queridos Amarildo, Ézio e Bergue afinal, eu passei minhas tardes perturbando o juízo deles. E Minha querida Mãe (in memória) que não pode me ver esse momento, aos meus três tios também já falecidos, e meu Grande amigo Alexandre conhecido por Parel.

Cantos dos Mártires da Terra

Venham todos cantemos um canto que nasce na terra/
canto novo de paz e esperança em tempo de guerra/
neste instante há inocentes tombando nas mãos de
tiranos/ tomar terra, ter lucros matando são esses
seus planos.

Eis o tempo de graças/ eis o dia da libertação/ de
cabeça erguidas/ de braços unidos irmãos/ haveremos de
ver qualquer dia chegando a vitória/ o povo nas ruas
fazendo a história/ crianças sorrindo em toda nação.

Lavradores, Raimundo, José, margarida, nativo, assumir
sua luta e seu sonho por nós é preciso/ haveremos de
honrar todo aquele que caiu lutando/ contra os muros e
cercas da morte/ jamais recuando.

Ó senhor Deus da vida, escute este nosso cantar / pois
contigo o povo oprimido há de sempre contar / para além
da injúria e da morte conduz nossa gente / que seu
reino triunfe na terra deste continente.

Zé Vicente.

043. Curso Licenciatura Plena em Geografia

FERREIRA, Estevão dos. Assentamento Senhor do Bonfim em busca da terra Prometida. Artigo (Curso de Geografia, Linha de pesquisa Geografia Rural e Agraria). Orientado pelo Professor e Dr. Edvaldo Carlos de Lima. 2014. 35p.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima-Orientador CH/UEPB.

Prof. Msc. Jorge Flávio Casé Braga da Costa Silva UFPB.

Prof. Msc. Thiago Leite Brandão de Queiroz CH/UEPB.

RESUMO

A questão Agrária brasileira é constituída por uma gama significativa de pontos complexos. Diante do exposto, a pesquisa objetiva realizar um resgate histórico das lutas por terras que os moradores do assentamento Senhor do Bom Fim, enfrentaram. O assentamento localiza-se na zona rural do município de Alagoinha, Paraíba, Nordeste do Brasil. A coleta de informações teve início em Janeiro de 2013, com visitas periódicas a área estudada para manter um elo com os moradores do assentamento e com isso adquirir a confiança dos mesmos. Posteriormente foram coletados os depoimentos de lideranças do assentamento. Complementando-se com as pesquisas em literatura na Comissão Pastoral da Terra-CPT, confrontando com os clássicos da Geografia Agrária. A posse definitiva da terra do assentamento, aconteceu em novembro de 1997 e em janeiro de 1998 as 37 famílias conseguiram suas terras. Devido a resistência dos herdeiros da Fazenda Gomes de não desapropriar a terra, em 1996, a CPT decidiu interferir a apropriação e repartiu a mesma em três áreas: a primeira foi a Fazenda Bonfim que hoje é o Assentamento Senhor do Bonfim (Alagoinha-PB), posteriormente a fazenda Patos, que é o Assentamento Monsenhor Luiz Pescamona (Alagoa Grande-PB), e a fazenda Lagoa Nova que atualmente é o Assentamento Maria Menina (Alagoa Nova-PB). No Assentamento Senhor do Bonfim cada morador possui sua moradia e o lote de terra, onde os moradores cultivam macaxeira, batata, quiabo e banana. No processo de busca pela terra prometida não é apenas utopia podendo se tornar real no entanto, ainda há vários embates para se chegar à terra por direito.

Palavras Chave. Questão Agrária, Disputa pela Terra, Assentamento.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	10
2.1 ÁREA DE ESTUDO.....	10
2.2 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....	11
2.3 TRABALHO DE CAMPO.....	11
3 REVISÃO DE LITERATURA.....	12
3.1 LUTA PELA TERRA NO BRASIL.....	12
3.2 LUTA PELA TERRA NA PARAÍBA.....	14
3.3 TERRITÓRIO E SUAS ORIGENS.....	21
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	23
4.1 A TERRA PROMETIDA.....	23
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS.....	29
ICONOGRAFIA	32

1 INTRODUÇÃO

A questão agrária brasileira é constituída por uma gama significativa de questões complexas. Dentre elas, o processo de ocupação de terras ao longo da história do Brasil. Conforme arguições de Stedile (2003), a ocupação do território brasileiro teve início em 1530, por meio da ordem da Coroa Portuguesa que, receosa com os constantes ataques de outros povos europeus, resolveu implantar uma política de povoamento, com o intuito de promover a dominação territorial do País.

Em 1534, o Brasil foi dividido em 15 capitanias hereditárias, doados a pessoas da corte os donatários. Esses foram divididos entre 30 a 100 léguas aproximadamente, ou seja, 53.760 a 179.200 hectares, e os detentores das terras tinham direitos a explorar as riquezas naturais, exceto o ouro, que eram destinados para a Coroa Portuguesa (PRADO JUNIOR, 1994; MELO e RODRIGUEZ, 2003).

A situação se transforma com a abdicação do Imperador em 1831, em favor do seu filho Pedro Alcântara. O Império foi desfragmentado logo, instalou-se a regência trina trazendo várias revoltas. Conforme Milhara (2006), observa que a libertação da escravatura era questão de tempo, por isso o imperador D. Pedro II promulgou a nova Lei de Terra, sancionada em 1850. Só tinha direito a terra, pessoas de pele branca e Luso-brasileira, e o resto da camada estava de fora.

Os excluídos: negros, pobres e ciganos não tinham direito a terra. Ao longo da história houveram vários conflitos por causa da liberdade. Essa liberdade que os africanos e seus descendentes tanto desejaram. Para Oliveira (1994) as resistências se deram contra os seguintes povos: Palmares 1698 na Serra da Barriga em Alagoas, em Canudos na Bahia em 1894 e em Contestado em Santa Catarina e as greves de São Paulo em 1917.

Em 1912-1930 as Oligarquias Brasileiras tinham uma política chamada Café com Leite pertencente aos cafeicultores paulistas e criadores de gado Mineiros. No entanto, Getúlio Vargas rompeu com essa política e lançou-se candidato tendo como vice João Pessoa, porém essa chapa não se concretizou devido o assassinado dele no mesmo ano. Com essa repercussão Getúlio Vargas tomou o poder de maneira ilegal por meio de golpe.

Em 1930, Getúlio Vargas assumiu o poder e sua missão era organizar o Brasil, depois da grande crise internacional que foi a queda da bolsa de valores, em que barões do café perderam tudo. Segundo Sanches (2004), a terra não foi lembrada na constituição 1934, contudo, alguns direitos foram contemplados: Como férias remuneradas, o direito ao voto concedido às mulheres e a instituição da justiça do trabalho.

Após o período da 2ª Guerra Mundial, o Brasil encontrava em um momento conturbado na política, logo, surgia no Nordeste Brasileiro o Movimento das Ligas Camponesas em que os trabalhadores rurais organizavam-se para combater injustiças sociais, destacando-se os movimentos no estado de Pernambuco-PE, no Engenho Galileu e posteriormente na Paraíba na cidade de Sapé na Zona da Mata Paraibana.

Segundo Moreira e Targino (1996) as décadas de 50 e 60 foram marcadas por grandes conflitos na Paraíba, mais precisamente na Cidade de Sapé na Zona da Mata Paraibana, tal fato se deu com a manifestação das Ligas Camponesas. Tendo como principal líder, João Pedro Teixeira e o amigo Nego Fubá, que lutavam na busca por direitos sociais, no entanto, seus idealizadores foram mortos.

Conforme Mitidiero Jr. (2008), o período compreendido entre 1981 a 1990 os conflitos alcançaram o maior número no estado. Esse crescimento é originário das mobilizações sociais que reivindicavam a reestruturação fundiária brasileira, com o lançamento do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, o que causou alarme aos grandes proprietários rurais. Os fazendeiros passaram a expulsar os camponeses como estratégia para proteger suas terras de possíveis desapropriações, temendo possíveis conflitos em suas propriedades.

Diante desse contexto Mitidiero Jr. (2008), aponta como as principais causas para a explosão desses conflitos no território paraibano até o ano de 1988: o processo de resistência dos trabalhadores à expulsão da terra ou à quebra de contratos; a venda de propriedades sem levar em conta os direitos dos moradores; a exigência dos novos proprietários de que os moradores deixassem a terra; a modificação de contratos verbais em contratos escritos, os quais diminuíam os direitos dos trabalhadores e camponeses.

Na metade da década de 1990, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra na Paraíba, como um novo elemento na eclosão de conflitos agrários a ocupação de propriedades improdutivas. Diante do exposto, a pesquisa objetiva

realizar um resgate histórico das lutas por terras que enfrentam os moradores do assentamento Senhor do Bom Fim, localizado na zona rural do município de Alagoinha, Paraíba, Nordeste do Brasil.

2 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

2.1 ÁREA DE ESTUDO

O município de Alagoinha está localizado na microrregião de Guarabira e na Mesorregião do Agreste Paraibano, possuindo uma área de aproximadamente 85 km² representando 0.1507% do Estado, 0.0055% da região e 0.001% de todo o território brasileiro. Com a população de 13.576 habitantes. A sede do município contempla uma altitude aproximada de 133 metros distante 77,4162 km da capital. O acesso é feito, a partir de João Pessoa, pelas rodovias BR 230/ PB-079/ PB-075. (CPRM, 2005; IBGE, 2010) (Figura1).

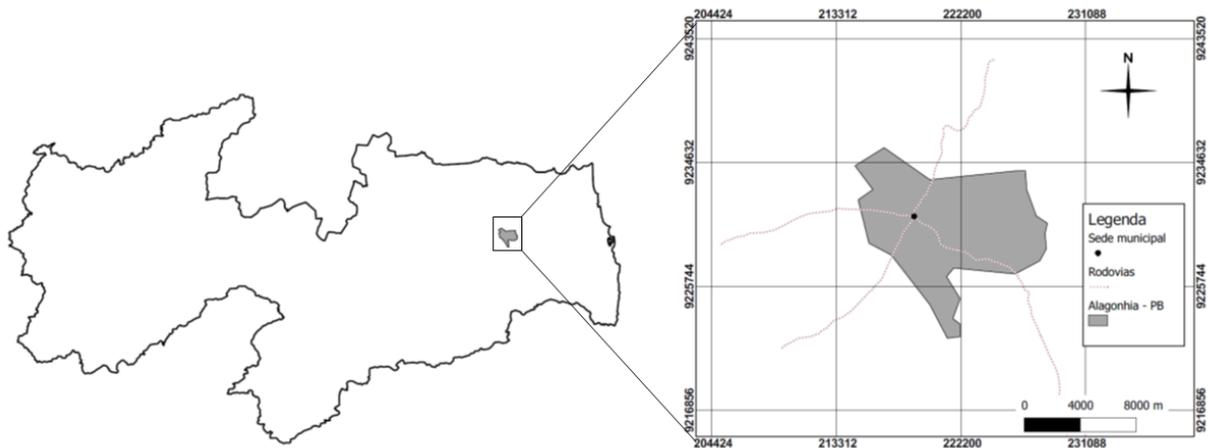


Figura 1 - Área de estudo, o município de Alagoinha, estado da Paraíba, Nordeste do Brasil.
Fonte: Org. por: Ramon Santos Souza, 2012.

Está inserido na unidade Geoambiental do Planalto da Borborema, com altitude variando entre 650 a 1.000 metros. O relevo é geralmente movimentado, com vales profundos e estreitos dissecados. A área da unidade é recortada por rios perenes, porém de pequena vazão e o potencial de água subterrânea é baixo. A vegetação desta unidade é formada por Florestas Subcaducifólica e Caducifólica, próprias das áreas agrestes. O clima é Tropical Chuvoso, com verão seco. A

estação chuvosa se inicia em janeiro/fevereiro com término em setembro, podendo se adiantar até outubro (CPRM, 2005).

Historicamente o município de Alagoinha-PB nasceu no local do ponto de passagem de contrabandistas franceses, que por volta do século XVI passaram, pela região, à procura do ouro da serra da Capaoba. Na época, a região era habitada pelos índios potiguares que habitaram a Paraíba o período da Capitania Real fundada em 1554 (IBGE, 2010).

Os primórdios do povoamento são atribuídos à construção de uma casa, em 1864, situada às margens de uma lagoa na propriedade de Manoel Félix. Destinava-se a hospedagem dos tropeiros que se dirigiam para a grande feira de Mamanguape. Na versão apresentada pelo historiador Coriolano de Medeiros, a povoamento foi fundado em 1870 por Luiz Honorato, que construía ali, a primeira residência em estabelecimento comercial (IBGE 2010).

2.2 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico pautado nos grandes clássicos da Geografia Agrária como: Ariovaldo Umbelino (1994), Emília Moreira (1996), Joao Pedro Stedile (2001), e posteriormente atores como: Edvaldo Carlos de Lima (2008), Marco Antonio Mitidieiro (2008), Alexandre Peixoto Faria de Nogueira (2010), e outros autores que versam acerca do espaço agrário brasileiro e nordestino.

Segundo pesquisa documental realizada *in loco* na sede da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no município de Guarabira-PB, foram realizados um levantamento sobre o território do assentamento Senhor do Bom fim, e também alguns documentos sobre a fundação do acampamento que posteriormente tornou assentamento.

2.3 TRABALHO DE CAMPO

A coleta de informações começou a ser realizada em Janeiro de 2013, com visitas periódicas à área estudada com a finalidade de manter um elo junto aos moradores do assentamento visando adquirir a confiança dos mesmos, posteriormente foram coletados os depoimentos das lideranças do assentamento.

Complementando-se com as pesquisas em literatura da CPT pesquisando em site da própria Comissão Pastoral da Terra em confronto com clássicos da Geografia Agrária e conseqüentemente pesquisa no site do Instituto de Colonização da Reforma Agrária, além de ver os números de assentamentos na Paraíba que foram legalizados.

Revisando a teoria da Geografia abordaremos o território, como fundamentação do trabalho, começando por Ratzel, que discorreu acerca do espaço vital, categoria de análise fundamental para a Geografia Agrária. O enfoque é o território do assentamento Senhor do Bonfim e a territorialidade do morador do assentamento.

Utilizou-se o registro fotográfico, para documentar a situação da área estudada. Em Geografia, a imagem ilustra e documenta eventos naturais e sociais que ocorrem em determinado tempo e lugar. Assim, essa ferramenta possibilita organizar atividades, no entanto, deve ser acompanhada de outras informações como: localização geográfica, registro da hora e data e relato dos fatos observados (JUSTINIANO, 2009).

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 A LUTA POR TERRA NO BRASIL

No Brasil, a luta pela terra é antiga, sendo relatada em vários momentos da história. Para Fausto (1996) essa luta se inicia com a tentativa por parte da coroa Portuguesa em ocupar definitivamente o território da colônia recém-descoberta. Em 1530, Martin Afonso de Sousa, comandando a expedição colonizadora, trouxe para o território que mais tarde, viria a se tornar Brasil grupos de pessoas para povoar nossas terras.

Com a chegada desses novos povos, houve a necessidade de dividir o litoral. Nessa perspectiva o rei de Portugal em 1534 distribuiu os 15 lotes chamados de Capitânicas Hereditárias para 12 pessoas donatários. A partir daí, as capitânicas tiveram diversos problemas, alguns desses foram os ataques indígenas e a má administração dos donatários que posteriormente ocasionou seu fracasso (SANCHES, 2004).

Com o desastre das Capitânicas, o rei de Portugal tomou uma nova decisão, em 1549, instalou-se o Governo Gerais foi uma de governo onde a administração do Brasil onde uma só pessoa governaria o país tendo como primeiro governador Tomé de Souza, ele tentou desfazer a falta de organização das capitânicas por quatro longos anos e fracassou. O segundo governador, Duarte da Costa tentou capturar os índios, entretanto, os jesuítas eram totalmente contra a escravidão indígena e por isso foi destituído do cargo.

A Colônia brasileira passou por várias revoltas, uma das mais significativas foi Palmares na serra da Barriga em Alagoas. A partir daí esse quilombo se tornou um dos abrigos para os negros fugitivos. Seu território foi uma das primeiras experiências de assentamentos agrários. Muitos latifundiários começaram a pressionar a Coroa Portuguesa para recuperar os seus escravos e em 1694, o império invadiu e matou Zumbi Palmares.

O príncipe regente veio para o Brasil em 1808, porém, ficou muito pouco tempo no país, mas, deixou seu filho mais tarde conhecido por Dom Pedro I. Ainda no nosso território está em vigor às sesmarias, o sistema de terra em que Portugal dava as terras para quem pudesse cultivá-las. Entretanto, esse sistema de terra estava com os dias contados, em 1822 o imperador suspendeu a sesmaria temporariamente.

A Lei de Terras de 1850 foi uma solução encontrada pela elite brasileira para manter inalterada a estrutura agrária, impedindo o acesso livre a terra por parte da população pobre que era maioria, e conseguir trabalhadores livres para as lavouras de café, pois o estado brasileiro já estava planejando a imigração de europeus, para substituir o trabalho escravo que estava preste a ser abolido. (MIRALHA, 2006, p. 3).

Miralha (2006), D. Pedro II, com a Lei de Terra de 1850, afastaram os pobres, negros, indígenas e ciganos do sonho da terra. Com essa exclusão dos povos, que lutavam apenas por um pedaço de chão, o direito daqueles foram tomados no processo de colonização de um país tão injusto e discriminatório, incentivaram a vinda dos imigrantes.

Com essa nova Lei as sesmarias foram definitivamente excluídas logo, o imperador concedia as terras para quem ele conferisse. Segundo Podoleski (2009) em 18 de Setembro de 1850 a Lei de Terra foi criada segundo o imperador, para

afastar a clandestinidade, mas a realidade era nada mais que o processo discriminatório com a escravidão perto do fim, então o imperador determinou que só poderia possuir a terra quem pagasse por ela.

Como o imperador já previa em 1888 a princesa Isabel declara a Lei Áurea libertando todos os escravos do Brasil. Com esse acontecimento, os latifundiários indignados com a nova lei passaram a apoiar os republicanos, o golpe final foi inevitável o Marechal Deodoro proclama a República em 1889. Conseqüentemente, o Brasil republicano passa ser governado inicialmente por Militares e depois por civís em 1910 dando início a política café com Leite (POMAR, 2009).

Com a política Café com Leite que vai desde 1910 a 1930, os cafeicultores de São Paulo e os criadores de gado mineiro se revezaram na presidência do Brasil por muito tempo, enquanto outras classes políticas não tinham chance de chegar a presidência, e por isso em 1930, Getúlio Vargas concorre a presidência tendo como vice o paraibano João Pessoa. Infelizmente a chapa não se concretizou devido à morte de Joao Pessoa em Recife (ARRUDA e PILETTI, 2002).

Vargas sobe ao poder legalmente, portanto tivemos dois momentos do Presidente: a primeira passagem foi ditatorial, nos quais mesmo sendo ditador fez duas constituições populares a de 1937 e a de 1942, essas duas constituições deram grandes direitos a população brasileira. O segundo acesso foi por caráter populista. Mas, não permaneceu por muito tempo, ele se mata em 1951. Anos mais tarde sobe ao poder Juscelino Kubitschek, uma das suas grandes arquiteturas foi Brasília (COTRIM, 2011).

3.2 LUTA POR TERRA NA PARAÍBA

Na Paraíba, precisamente na Zona da Mata na cidade de Sapé nascem as Ligas Camponesas (LC). Seu principal objetivo era lutar contra a injustiça e os desmandos dos latifundiários locais. Assegura Alves (2014), o confronto pela terra entre os latifundiários e Pedro Teixeira, o líder das LC na Paraíba, foi inevitável. O que acabaria provocando sua morte, era apenas questão de tempo. Infelizmente aconteceu: em 1962, na estrada que liga Café do Vento à Sapé, foi morto a tiros em uma emboscada.

As estruturas Agrárias que vigoram na Paraíba desde a década de 1950 ainda permanecem até hoje, é que vão nos mostrar na tese de Metidieiro Jr. (2008)

as famílias que estão no mapa a seguir, são das ascendências mais importantes da Paraíba que estão desde muito tempo com mesmo poderio econômico e político por isso, essas famílias permanecem no cenário político até hoje. Muitos desses nomes foram Deputados Federais, Estaduais, Senadores até governadores do Estado da Paraíba (Figura 2).

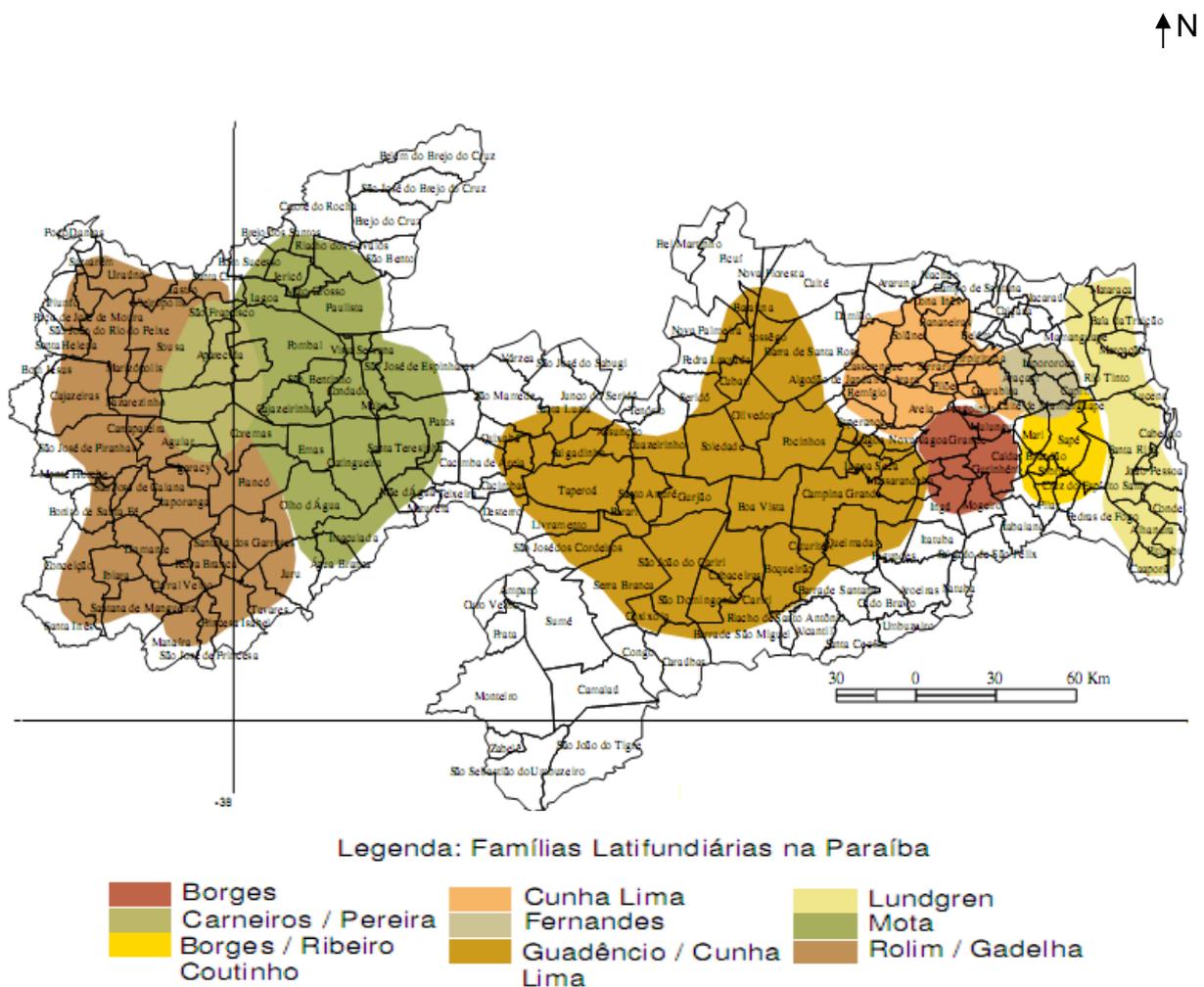


Figura 2 - mapa temático das terras em posse de família de latifundiário de acordo com a memória de Frei Anastácio em 1950.

Fonte: Adaptada de METIDIEIRO JUNIOR (2011).

Esse mapa da figura 2 foi construído na entrevista do Frei Anastácio na Tese de doutorado do Professor Dr. Marco Metidieiro Jr, que posteriormente foi adaptado pelo Professor Dr. Berlamínio Mariano Neto. Em depoimento, fala das famílias de latifundiários da Paraíba em que essas famílias comandavam na Paraíba nas décadas de 1950 e 1960, e muitos dessas linhagens estão na política até hoje.

Alguns ainda tem o monopólio da terra e ainda prestigiam os poderes políticos daquela época.

Nas décadas 60 e 70, o Brasil estava sobre o Governo do regime militar onde a repressão era constante e a população não podia se manifestar. Nessa mesma década, a Federação brasileira deixou de investir na reforma agrária para investir em outros bens de consumo, como o transporte e bens sociais para as elites (SILVA, 1993).

Nessa mesma década foi criado em 30 de novembro de 1964 o Estatuto da Terra. Os seus dois objetivos eram de uma Reforma Agrária para frear uma possível revolução camponesa e deixar os Latifundiários mais tranquilo, o segundo objetivo foi preocupação do Governo Militar pela modernização da Agricultura, com isso a federação teria lucro com agronegócio, para os camponeses o Estatuto da Terra não foi uma boa ideia (STURZA, 2010).

Uma nova aurora nasce no Estado da Paraíba. Segundo Paiva Neto (2005). Na década de 1970 e 1980 surge no Brasil a Teologia da Libertação. Essa teologia propõe a libertação econômica, social e também espiritual para os pobres. Nesse momento a TL chega com força no agreste paraibano, região onde ocorreram grandes problemas agrários, infelizmente quem defende os pobres acaba sendo morto.

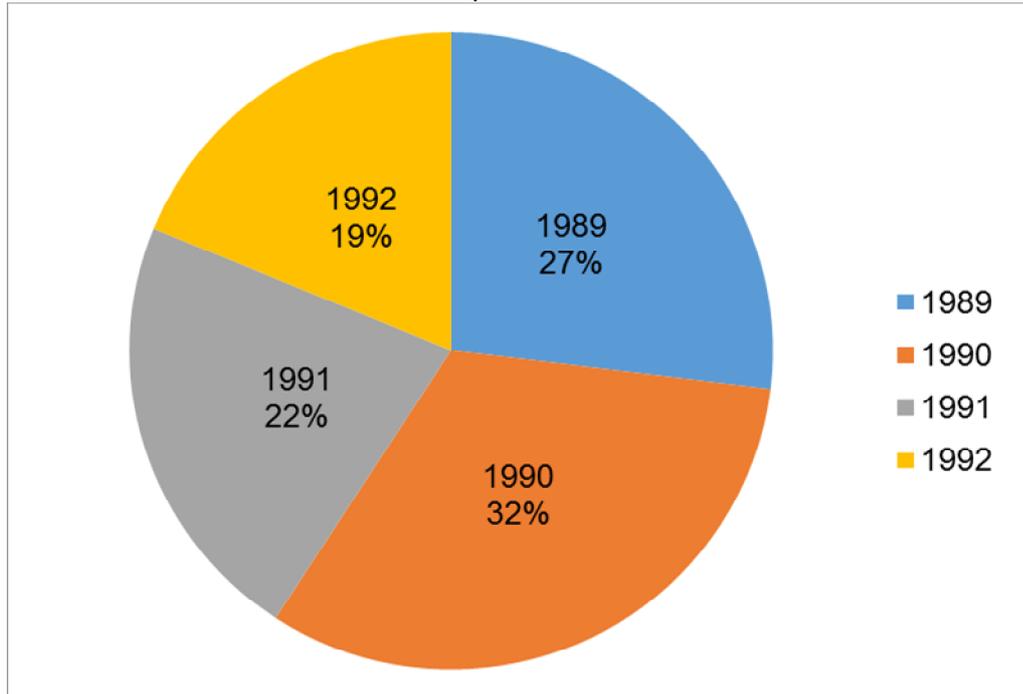
Ainda na década de 1970 nasce a Comissão Pastoral da Terra. (CPT) em Goiás e se espalha por todo Brasil, mas é no Nordeste ² que constitui aos Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte é que ela ganha mais força junto com as Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs). A CPT na Paraíba, tem uma atuação nas mesorregiões e seu objetivo era fazer uma distribuição de terra mais justa e solidária.

Contudo, a morte pela terra na década de 80 ainda predominava a impunidade. Segundo a CPT (1992) a década de 1990 foi a década mais violenta no Brasil onde entre 1989 a 1992 morreram 245 pessoas mais em 1992 morreram 46

¹ Em 1964, na VI Assembleia Geral Ordinária da CNBB, realizada em Roma, em setembro / outubro, durante o Concílio Ecumênico Vaticano II, foram votados os desdobramentos de alguns Secretariados Regionais. Na sessão plenária do dia 30 de setembro de 1964, foi aprovado o desdobramento do Secretariado Regional Nordeste em três Regionais: Nordeste 1 (Maranhão, Piauí e Ceará); Nordeste 2 (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas); e Nordeste 3 (Bahia e Sergipe) Disponível em: <<http://www.cnbbne2.org.br/p/historico.html>>. Acesso em: 11. Novembro. 2014.

peças só no Nordeste 21 pessoas por conflitos de Terra. A maioria das vítimas são lavradores que não aceitam ser expulsos pelos patrões e pagam com a própria vida (Tabela 1).

Gráfico 1 - violência e assassinato por conflito de terra no Brasil.



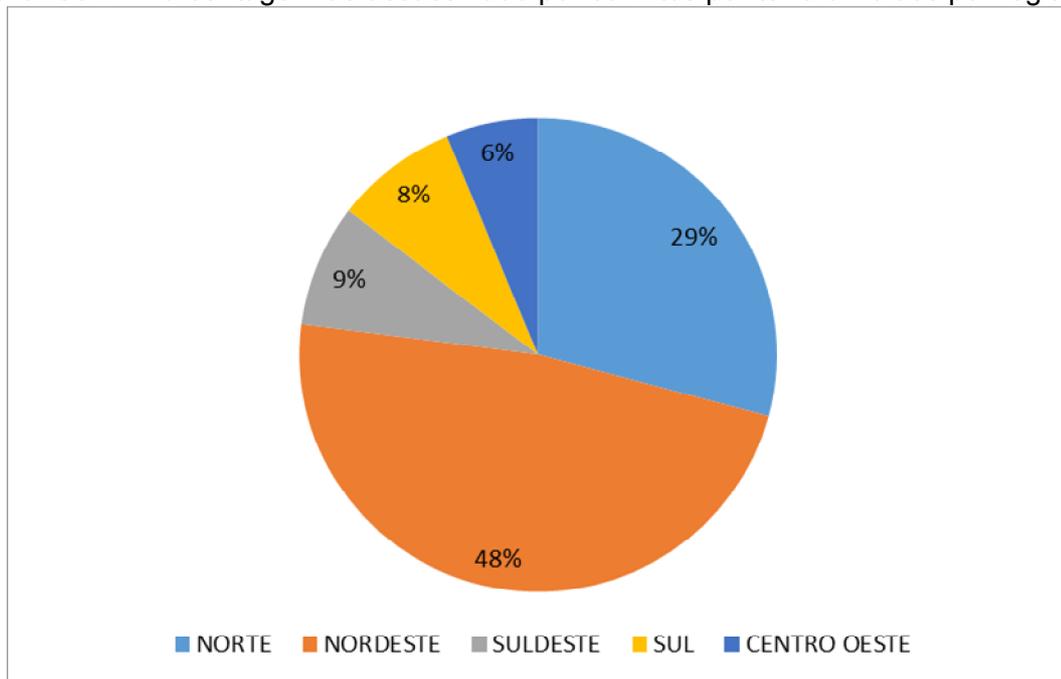
Fonte: Adaptada da Comissão Pastoral pela Terra (CPT,1992).

O Gráfico 1 mostra a porcentagem do número de morte por assassinatos por ano. Na legenda laranja mostra o ano de 1990 corresponde ao aumento de morte em 32% por homicídio, foi o ano mais violento de todo Brasil, porém, alguns anos depois os números de morte começaram a cair gradualmente, certamente por causa das denúncias feitas pelo órgão de direitos humano e da própria igreja católica que não mais se calou a situação de barbárie.

Ainda no primeiro gráfico vemos os anos de assassinado e o mais pesado foi nos anos 90, onde em todo Brasil morreram 79 pessoas por conflitos de terras sendo a maioria pessoas sem escolaridade e pobres camponeses sem perspectiva de vida, se lançam na luta por terras, muitos dos mortos não tinham medo de enfrentar a morte, por isso lançavam-se em combates como se estivessem à caminho da terra querida.

Em seguida, observamos no gráfico 2, as regiões com maior número de assassinatos. A região cuja porcentagem corresponde a 48% é o Nordeste responsável pelo maior número de homicídios que o caderno da Comissão Pastoral da Terra registra nessa sub-região o Nordeste 2. Corresponde aos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, até a década 90.

Gráfico 2 - Porcentagem de assassinado por conflitos por terra divididos por região.



Fonte: Adaptada da (CPT 1992).

O Gráfico 2 mostra que as regiões com o número maior de assassinatos são o Norte e o Nordeste do Brasil, o Nordeste com 13 assassinatos e o Norte com 11, onde a violência, a sensação de poder onde muitos jagunços por ordem dos seus patrões atiravam naqueles que invadiam suas propriedades. Essas pessoas morreram porque lutaram por uma sociedade mais justa e igualitária.

Ainda no Gráfico 2 observamos os estados mais violentos são Bahia, Pernambuco, Alagoas e Paraíba. Esses quatro estados correspondem a 48% em número de homicídios e as outras regiões como o Norte com 29% o sudeste e Sul com 9% e o Centro Oeste corresponde a 6% dos números de morte em todo Brasil.

Muitas pessoas foram martirizadas em virtude da luta por terras no agreste paraibano, entre essas mortes uma teve repercussão nacional, foi a morte da sindicalista Margarida Maria Alves, que foi baleada com um tiro no rosto, ela estava

entre os militantes e lutava em favor dos pobres e trabalhadores rurais. Muito embora ela não tenha sido a única vítima, em muitos casos a mídia nem chegava a divulgar outras tantas mortes como esta.

Na década de 1990 no Agreste Paraibano a CPT organizou a 1º Romaria da Terra e tinha como tema: Terra Liberta, esperança de vida. Esse evento aconteceu entre a noite dos dias 05 e 06 de Dezembro de 1992 na cidade entre as cidades de Cacimba de Dentro e Araruna, nessa mesma noite os proprietários da Terra de Araruna contrataram alguns motoqueiros que jogaram as motos contra 5.000 pessoas e deixaram uma morta.

Conforme Mitidiero Jr. (2008), no período compreendido entre (1981-1990) os conflitos alcançaram maior número no estado. Esse crescimento é originário das mobilizações sociais que reivindicavam a reestruturação fundiária brasileira, com o lançamento do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, o que alarmou os grandes proprietários rurais. Dessa maneira, os fazendeiros passaram a expulsar os camponeses como estratégia para protegerem suas terras de possíveis desapropriações, temendo que houvesse novos conflitos em suas propriedades.

Em 1992, foi criado o Plano Nacional de Reforma Agrária que tinha como meta assentar 147.000 famílias, em 1993 e em 1994 foram assentados um total de 188.007 famílias que era da responsabilidade de Itamar Franco, com isso a Paraíba foi beneficiada com 481 famílias. Para Moreira et al. (2003) entre 1965 a 1999 foram implementados na Paraíba 168 projetos de assentamentos às 11.336 famílias. O Governo Federal pelo Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária (INCRA) com 85,6% e Governo Estadual ficou com 14,4% desse número.

Diante do exposto, destacam-se os conflitos por terra no espaço paraibano como enfatiza Rodrigues et al. [s.d.] em relação aos municípios de ocorrência desses confrontos que encontram-se nas mesorregiões do agreste e da Zona da Mata, os municípios com o maior número de conflitos registrados. Destacam-se no Agreste Paraibano, Alagoa Grande com 14 áreas de conflito, Bananeiras com 10, Alagoinha e Campina Grande ambos com 8 áreas registradas. Na mata paraibana encontram-se os municípios de Pedras de Fogo com 10, Cruz do Espírito Santo, São Miguel de Taipú e Conde cada um com 8 áreas registradas. Veja no mapa abaixo.

Mapa 1 - Espacialização da luta pela terra segundo os municípios paraibanos 1970-2008

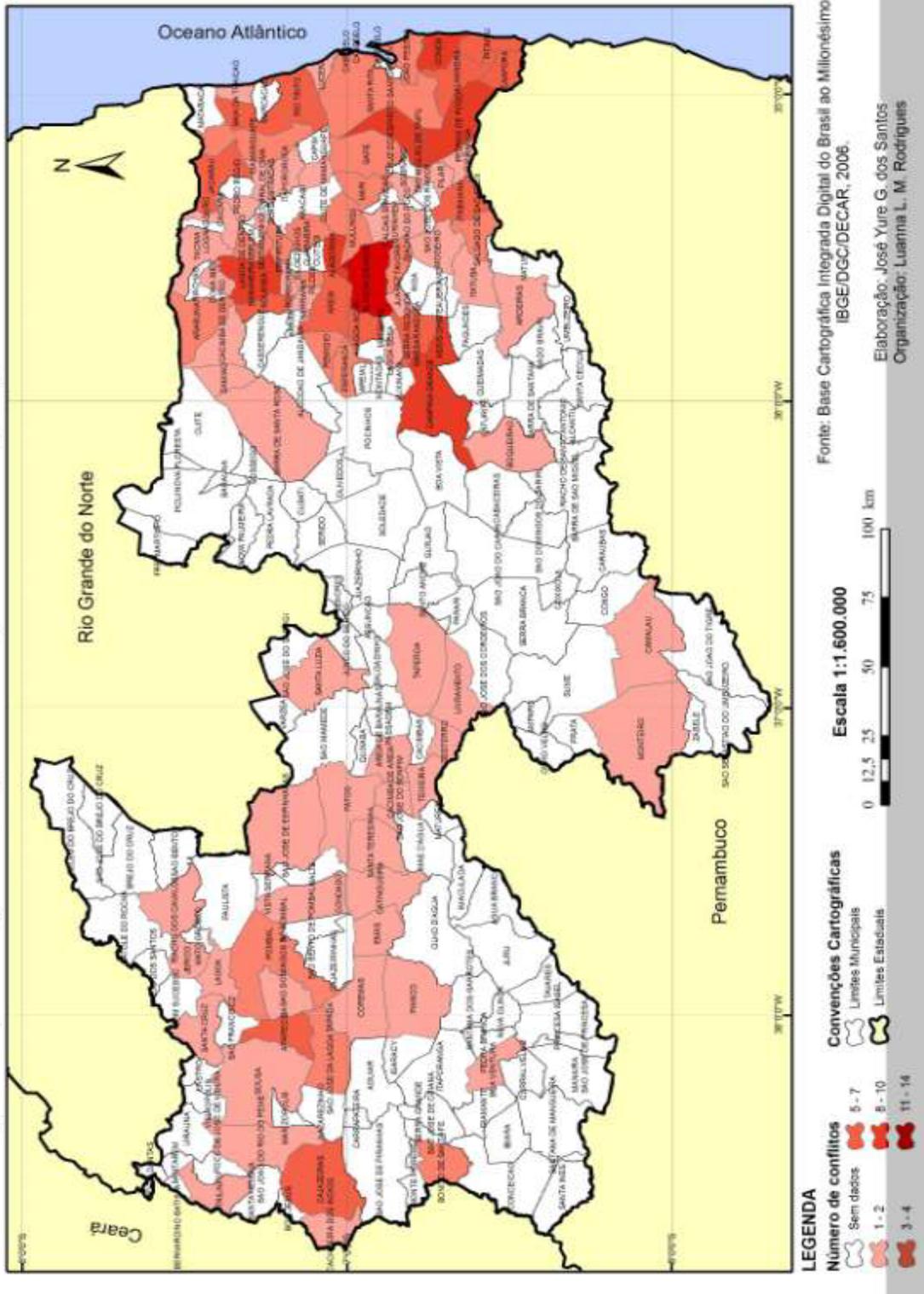


Figura 3 - Espacialização da Luta pela Terra no município paraibano. Fonte: MOREIRA e RODRIGUES (2008).

Como o próprio mapa da figura 1 demonstra que a maior parte dos conflitos pela terra na Paraíba nos anos de 1970 a 2008, aconteceram na Zona da Mata e no agreste paraibano como indica a legenda. Ainda no mapa é possível observar o município de Alagoinha no agreste Paraibano onde estão registrados dois conflitos

pela terra. A maioria coincidentemente está na fazenda Gomes que posteriormente gerou outros assentamentos entre Alagoinha, Alagoa Grande e Alagoa Nova, sendo um localizado na área de Alagoa Grande, ou seja, o assentamento Luiz Pescamona e outro é o Assentamento Senhor do Bonfim localizado em Alagoinha.

3.3 O TERRITÓRIO SUA ORIGEM

Território é uma porção do espaço que delimita a partir da relação de poder, ou seja, o território pode ser material ou pode ter ligação afetiva (SOUZA, 2010). Segundo Souza (2010), o alemão Frederich Ratzel afirma que o Território é Estado-Nação, ou seja, a primeira forma de estudo foi o “espaço vital”. Para os alemães através do amor e dá pátria foi dado motivo para dominação transversalmente do determinismo Geográfico.

A territorialidade

É entendida como uma correlação de forças espacialmente delimitadas que operam sobre uma determinada área geográfica. A apropriação dos espaços públicos, como praias, por exemplo, a luta pela ocupação de terras abandonadas por trabalhadores que não têm onde morar também é entendida como territorialidade. As diversas formas de apropriação de territórios por grupos sociais que vão se apropriando gradativamente dessas áreas, de forma ilegal, é um atentado à cidadania (SANTOS, 2010, p19).

Como relata Ventura (2007), a territorialidade é apropriação do próprio território ela cita um espaço público como forma de demonstrar como acontece a relação de poder. A terra abandonada é um espaço onde os trabalhadores rurais se apropriam como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O MST por não ter lugar para ficar e invadir fica na ilegalidade.

O território passa a ser compreendido também através do processo econômico, com o mercantilismo que surgiu no século XIV que atenta para o elevado uso do território que através da liberdade de mercado e mais tarde ficou conhecido com pré-nascimento do Liberalismo econômico. Para Saquet (2010) o território faz parte da cultura, política, religião, etc. Na política ele cita Maquiavel, a geopolítica como forma de poder em que o espaço e território são termos equivalentes. Para Raffestin (1993), O elo com o território se forma através do

espaço. O próprio Raffestin nos diz que o território se apoia no espaço, no entanto, não é o próprio espaço. Esse contexto é uma produção a partir do espaço, tempo e relação social e a delimitação o espaço é um lugar de possibilidade de um território real campo obrigatório.

Dourado e Mesquita (2012) diz que:

O conceito de território tem sido muito usado pelos teóricos da Geografia agrária em suas análises e interpretações sobre a realidade do campo brasileiro. Este conceito oferece elementos capazes de possibilitar uma reflexão aprofundada sobre as contradições que perpassam a questão agrária porque evidencia as relações de poder, os conflitos decorrentes da territorialização do capital no campo bem como as estratégias utilizadas pelos camponeses em suas lutas de resistência no/pelo território. (DOURADO e MESQUITA, 2012, p 8).

Os autores relatam que o conceito de território é bastante usado pelos geógrafos agrários em seus estudos sobre a realidade da questão agrária brasileira no entanto, ele aponta para a realidade da territorialização do capital no campo mostrando a realidade que se contrapõe à territorialidade do campesinato brasileiro do Território e sua complexidade.

Segundo Santos e Silveira (2008), O território passa a ser sentimental isso evidencia também a territorialidade que tende para os animais, já a questão do território-nação versa sobre um apontamento central, em que cada um vive e sente o território como seu. Para isso, a territorialidade nem sempre precisa do estado.

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede: as redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns. São todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço de todos. (SANTOS 1994, p1).

No entanto, Santos (1994) certifica que o território é constituído por lugar unido, ou seja, o território está intercalado junto à redes de procedimento da verticalidade por parte do espaço. O território antes de qualquer outra coisa, é relação social como diz Eduardo (2006), território é visto como um espaço delimitado através do poder. Na cultura ou símbolo-cultural prioriza-se a dimensão subjetiva

espaço vivo. Na economia o território é fonte de recurso das classes sociais, fruto do capital e trabalho, como produto da divisão territorial do trabalho.

Como vimos, território possui um conceito mutável. Para Gottmann (2012), o território é o espaço organizado. É um conceito mutável quer dizer, é um espaço concreto acessível à atividade humana. Por sua vez, o território é utilizado pelos povos europeus no século XIV no advento do Mercantilismo definido por jurisdição ou até mesmo pela órbita da economia nas unidades governamentais.

Contudo, o espaço e território não são termos equivalentes para muitos. Para Raffestin (1993), o espaço vem antes do território, logo, o território se forma através do espaço e se apoia no espaço, mas não é espaço, é uma produção através do espaço.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 A TERRA PROMETIDA

Na luta pela terra prometida muitos ficaram pelo caminho, o sonho daquela terra ecoa pelos sangues dos que morreram no caminho. Desde a colonização até os dias atuais. Para Lima (2013), os Territórios da Luta pela Terra se dão pelo acampamento, assentamento, comunidade situada de posseiro ou em qualquer outra configuração territorial.

Marx e Engels (1999) mostram no Manifesto Comunista que a luta de classes vem de muito tempo, desde os primórdios da Grécia Antiga até os dias de hoje. Nos dias atuais o confronto parte do agronegócio com a ideologia do capital financeiro em forma de latifúndios contra a ideologia socialista camponesa em que muitos ainda desconhecem seus direitos que muitas vezes são esmagados pelo sistema.

No Assentamento Senhor do Bonfim é possível dizer que não foi diferente dos demais, tudo começou como qualquer outra história no processo de luta pela terra do nosso país, nos anos de 1996, a mesorregião do agreste Paraibano foi palco de várias disputas por territórios tendo início na fazenda Gomes, quando após a morte de seu dono os três herdeiros decidem expulsar os trabalhadores.

Como a fazenda não pode ser desapropriada devido os filhos do fazendeiro não deixarem fazer a desapropriação, foram encaminhadas as três áreas de terra para fazer o assentamento, este primeiro foi a fazenda Bonfim que atualmente é o

assentamento Senhor do Bonfim, a fazenda Patos que hoje é o assentamento Monsenhor Luiz Pescamona e a fazenda Lagoa Nova cujo nome é Maria Menina.

No entanto, não havia necessidade do desmembramento do território, o diácono Severino foi ameaçado de morte, contudo não deixou de cumprir seu papel, apesar de ser muito difícil ter que ficar escondido numa serra por medo de morrer, muito embora ele acreditasse que em breve os momentos difíceis e as perseguições chegariam ao fim.

Como veremos no mapa a seguir, os assentamentos ou projetos de assentamentos, nasceram pelo processo de luta pela terra. Muitas dessas territorializações vêm do processo de violência no campo devido os confrontos do agronegócio contra os camponeses que representam o socialismo que por sua vez já representa um sistema econômico em que a igualdade social e econômica deveria garantir direitos.

Mapa dos Assentamentos no Estado da Paraíba Projetos de Assentamentos - Fonte: INCRA SR-18/PB

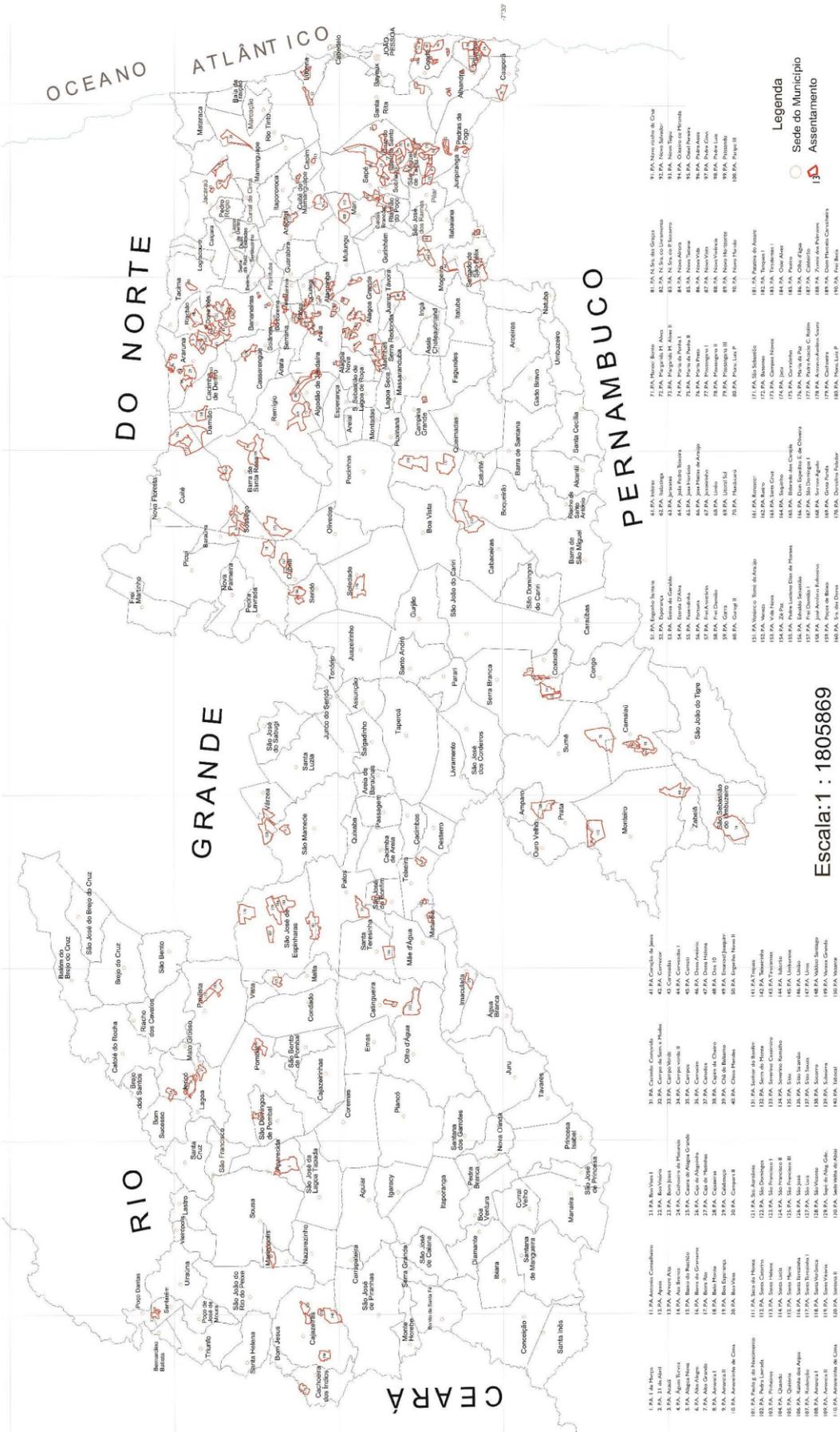


Figura 3 - Assentamentos Agrários da Paraíba. Fonte: MARIANO NETO (2006) apud PESSOA (2011).

Como nos vimos no mapa ainda existem 178 projetos de assentamentos sem a titulação definitiva. A maioria dos assentamentos são de estilo Agrovila. Como exposto no mapa esses assentamentos estão à espera de receber a titulação. O A.S.B também é um projeto de assentamento que ainda não recebeu a titulação definitiva.

Portanto, em entrevista com um morador daquela localidade, A.S.B nasceu da luta pela terra, para muitos desses camponeses seria a Terra prometida e teve início em 1996. Tudo se originou a partir da Fazenda Gomes na qual o patriarca morre, e os seus filhos começaram a ameaçar os camponeses de expulsão por isso, a CPT começou a ajudar esses camponeses. Foram meses de luta porém em novembro de 1997 eles conseguiram o território.

Veremos a seguir a Capela do Senhor do Bonfim, lá começou o marco do assentamento, para muitos, essa capela é sinal de territorialização da luta pela terra que na época era o território da Fazenda Gomes, para os camponeses a terra não tem preço, não é usada como moeda de troca como muitos fazem no processo capitalista. Mas, dispõe outro significado sentimental como se fosse pátria.



Figura 4 - Capela do Assentamento Senhor do Bonfim.
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Com a posse definitiva da Terra que ocorreu em Novembro de 1997, aonde em Janeiro de 1998, as 37 famílias conseguiram os seus lotes. Segundo o Diácono

Severino, hoje no Bonfim existem aproximadamente 100 famílias nas quais muitos filhos do assentado construíram na casa dos pais. Dentro daquele território a estrutura é adequada e conta com uma caixa d'água em cada residência, alguns moradores construíram bares para vender suas mercadorias no próprio assentamento.

De acordo com o diácono Severino, a titulação do assentamento está próxima. Mas, ainda há muito que melhorar, por exemplo, a questão da Educação do Campo na escola do assentamento ainda não foi implantada no currículo escolar, segundo o diácono alguns jovens já estudam Pedagogia do Campo.

A grande queixa do diácono é a de que alguns jovens estão se evadindo do assentamento muitos deles por conselho dos pais, outros vão para os grandes centros do país deixando sua terra de origem. Em desabafo o diácono diz que não vê com bons olhos o loteamento e o conjunto habitacional, para ele isso só vai inchar a cidade. Para o diácono a solução plausível seriam os assentamentos rurais que resolveriam a questão da fome, da moradia e do emprego.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos observar, a nossa colonização começou de maneira errônea, através das invasões dos portugueses que começaram a construir os latifúndios e assim conseqüentemente a origem das desigualdades sociais. Entretanto, o processo de busca pela terra prometida não é uma utopia, algumas vezes se torna real. No entanto, há vários embates para se conseguir chegar à terra querida.

A tentativa da reforma agrária na qual podemos observar em vários momentos da nossa história com a recusa da elite agrária do nosso país, não deixaram que pobres, negros e camponeses tivessem o acesso à terra, a partir daí muitos combateram na busca pela terra liberdade em vários momentos da nossa cronologia histórica como Palmares, Contestado, Cabanas e Caldarão. Muitas dessas pessoas foram mortas por ambicionar um pedaço do chão.

No processo pela terra o acampamento é uma forma de resistência e se faz necessário na tentativa de sensibilizar as classes políticas e dominantes do país. Contudo, as condições são péssimas, muitos dos direitos essenciais não são respeitados principalmente a saúde, onde a maioria desses acampamentos não tem saneamento básico as condições de alimentação são precárias, sem falar na falta de

segurança. Já no processo de posse da terra prometida cuja terra era a fazenda Bonfim atualmente Assentamento Senhor do Bonfim, muitos de seus moradores não tinham esperança de moradia e à espera de um futuro incerto, a fuga da juventude que não quer ser camponês, que vão para os grandes centros em busca de melhores condições de vida nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, a questão da educação no campo que não dispõe de profissionais que ensinem o valor do camponês não ao modo do burguês.

REFERÊNCIAS

ALVES, Juliana Ferreira. Do documentário **“Cabra Marcada para morrer” e a construção da Liga Camponesa de Sape**. Monografia de conclusão de curso. 2014.

ANDRADE, Manoel Correia. **A Questão do Território Brasileiro**. Editora Hucitec. 2ºed. São Paulo 2004.

ARRUDA, José Jobson de A; PILETTI, Nelson. **Toda a História**. História Geral e História do Brasil. 11ºed. São Paulo. Editora Ártica 2002.

BABOSA, Rafael Diais. **Luta e Permanecia no Campo: Assentamento Nova Vida I, No Município de Souza/PB**. 2014.

CASTRO, Elias de; GOMES; Paulo Cesar da Costa; CORREIA; Roberto Lobato; SOUSA; Marcelo José Lopes de. **Geografia conceitos e Temas**. Rio de Janeiro. Bertrand. Brasil 2010.

Comissão Pastoral da Terra. **Romaria da Terra. Terra Liberta Esperança de Vida 1992**. Arquivo da CPT do Jornal O Norte que foi datada de 12 de Dezembro de 1992. ano 2011.

Comissão Pastoral da Terra. **Conflito no Campo Brasileiro92**. Goiana Março 1993.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. **Diagnóstico do município de Alagoinha, Estado da Paraíba**. Recife CPRM/PRODEM, 2005. 08 p.

DOURADO, José Aparecido Lima; MESQUITA, Helena Angélica de. **Revisando a Questão do Território**. Espaço Revista pág. 66-75Jan\Jun.2012.

FASTO, Boris. **História do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias**. Editora Edusp 1996.

FRANÇA, Diego Pessoa Irineu. **A Lutar pela Conquista e a Permanência na Terra e a Construção/Consolidação dos Territórios de Esperança**. Monografia de conclusão de Curso da Linha Pesquisa Território e suas Territorialidades 2012.

GOTTMANN, Jean. **A evolução do conceito de território1**. Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, n. 3, 2012.

GOTRIZ, Gilberto. **História Global Brasil**.8º Ed. São Paulo Editora Saraiva 2007.

LIMA, Edvaldo Carlos de. **Dissidência e Fragmentação da Luta pela Terra na “Zona da Cana” Nordestina: Alagoas, Paraíba e Pernambuco**. Editora CRV.

Curitiba 2013.

MARX; Karl Heinrich; ENGELS, Frederich. **Manifesto Comunista 1828**. Edição Ridendo Castigat. Ed eletrônica. 1999.

MARIANO NETO, Berlamínio. **A Produção do Espaço Agrário Paraibano Enquanto Instância Social**. 2008.

METIDIEIRO JUNIOR, Marco Antônio. **Ação de uma Igreja Católica: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra**. São Paulo: USP, 2008.

MILHARA, Wargner. **Questão Agraria Brasileira: necessidade e perspectivas da reforma hoje**. Revista Nero ed.9 UNESP, São Paulo 2008.

MOREIRA, Emília. TARGINO, Ivan. **Capitulo de Geografia Agrária**. Editora Universitária João Pessoa 1996.

MOREIRA, Emília. TARGINO, Ivan. **De Território de Exploração a Território de Esperança: Organização Agrária e resistência Camponesa no Semiárido Paraibano**. REVISTA NERA – ANO 10 N. 10 – JANEIRO/JUNHO DE 2007 – ISSN: 1806-6755

MOREIRA, Emília. TARGINO, Ivan. SILVA, Richard Maria Da. BORGES, *Utaiguara da N*. MEDEIROS, Vamberto José F. de. **ZONA DA MATA PARAIBANA: REESTRUTURAÇÃO DO SETOR SUCROALCOOLEIRO REFORMA AGRÁRIA E PAISAGEM RURAL**. Ano. 2003.

NOZOE, Nelson. **Sesmarias e Aposseamento de Terras no Brasil Colônia**. Ano 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Geografia das Lutas no Campo**. Editora Contexto. 6ª ed São Paulo. Ano 1994.

PAIVA NETO, Francisco Fagundes **A IGREJA E A REFORMA AGRÁRIA NO BREJO PARAIBANO (DÉCADA DE 80-90)**. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

PEXOUTO, Afrânio. **História do Brasil**. Edição digital digitalização da 2ª edição em papel. Biblioteca do Espírito Modena- 3ª Serie – História e Biografia Cia. Editora Nacional 1944.

PRADO JUNIO, Caio. **História Econômica do Brasil**. Editora Brasiliense. Ed Brasília-São Paulo 1994.

PODELESKI, Onete da Silva. **Lei de Terra 1850**. Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC – Brasil ISSN 1984- 3968, v.1, n.2, 2009.

POMAR, Wladimir. **Os Latifundiários**. Editora Pagina 13. PT. 1º ed. Ano 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Editora Ártica. Ano 1993.

RODRIGUES, L.L.M.; SILVA, A. R.O.; MOREIRA, E.R.F. **Disputas territórios na Paraíba: em busca da construção de território (s) de esperança**. (d.s.). Disponível em www4.fct.unesp.br/ceget/A05. Acesso em 02/12/2012.

STEDILE, Joao Pedro. **A Origem do Latifúndio no Brasil**. Fonte tirada do artigo "Latifúndio: O pecado Brasileiro" de João Pedro Stedile. Site: <http://mídiaindependente.org>. No dia 30/07/2003 as 00h04min.

STURZA, Janaina Machada. **Caderno de Direito de Dom Aberto**. Santa cruz do Sul: Faculdade Dom Alberto, 2010.

SANTOS, Milton. **Conceito de Território**. Fragmento tirado do livro Território Globalização e Fragmentação. São Paulo: Mussite, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil Território e Sociedade no início do Século XXI**. Editora Record.ed9°.Rio de Janeiro e São Paulo. Ano 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagem e concepções de Território**. Editora Expressão Populares 2ºed.Sao Paulo. Ano 2010.

SANCHES, Eduardo. **Método Avançado de Ensino**. Editor desafio editorial Ed 1º. Ano 2004.

SILVA, José Grazino. **O que Questão Agraria**. Editora Brasiliense. São Paulo 1993.

VENTURA DOS SANTOS, Maria de Fatima. **Licenciatura em Geografia: Geografia Política**. 1ºed.Bahia 2007.

ICONOGRAFIA

Esse segmento exemplifica o que já foi exposto no texto. Desse modo, é composto por fotografias que registram, algumas características do assentamento como, a situação das moradias do assentamento e suas perspectivas que nos mostram a ilustração do cotidiano dos moradores, onde nós vimos através da luta pela terra os frutos dessa luta contra o latifúndios que é a posse desses moradores.

Como já foi mostrado, o Assentamento Senhor Bonfim começou no processo de luta dos moradores da Fazenda Gomes após sua posse de terras em 1997 na qual grande parte de sua estrutura é agrovila e suas ruas são em forma de povoados. A base produtiva está na agricultura familiar e os moradores por sua vez, são bastante desconfiados por motivo dos traumas que passaram durante a luta pela terra. As imagens mostram o processo e realização de como foi feito o registro em fotografia e registro da história de luta dessas pessoas para que pudessem chegar a concretização do assentamento.



Fotografia 1 - Escola Municipal Prefeito Ricardo Beltrão no Assentamento, onde são ensinados por uma educação extremamente burguesa sem tratar da realidade local.



Fotografia 2 - Entrada principal do Assentamento Senhor do Bonfim por onde passa o fluxo de pessoas vindo de Alagoinha ou indo pelo Sítio Jacaré.



Fotografia 3 - Segunda entrada do Assentamento Senhor do Bonfim que dá acesso à capela do assentamento. Local onde os moradores assistem a missa aos Domingos.



Fotografia 4 - Terceira entrada do assentamento Senhor do Bonfim. Rua próxima à casa da líder do assentamento Diácono Severino.



Fotografia 5 - Foto horizontal do Assentamento Senhor do Bonfim. Nessa rua foi construída uma das primeiras biroschas onde aos fins de semana os moradores do assentamento usam como lazer.



Fotografia 6 - Açude na localidade do assentamento, essa água é usada na agricultura familiar e também para o consumo dos animais.